

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS I

ÁREA DE TRABALHO: ECONÔMICO-FINANCEIRO (CÓD. C03)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 80 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

A revolução digital fortalece as previsões de que as casas ou lares inteligentes oferecerão mais conveniência e menos dispêndio de energia em um futuro próximo.

A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os moradores, com redução ou eliminação de trabalhos domésticos. Portanto, para que as edificações inteligentes tenham sucesso, elas deverão se estruturar com base nessa visão de conveniência como solução para os que vivem em um mundo acelerado e estar ancoradas em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis e fáceis de operar, tornando a vida das pessoas mais simples.

Além da conveniência, outro relevante benefício das casas inteligentes para os consumidores é a sua capacidade de incorporar aspectos relacionados à administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de ar e eletrodomésticos. Um conjunto de sensores, adequadamente configurados para gerenciar esses sistemas, pode gerar diminuição considerável nos gastos com energia, com reflexos ambientais e econômicos importantes.

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo para avaliar a economia no consumo de energia gerada com o uso de sensores inteligentes em um apartamento de um dormitório, cozinha, sala de estar, sala de jantar e banheiro. O estudo concluiu que a economia pode chegar a quase 40% do consumo médio mensal de energia.

A tendência de crescimento desse mercado é clara. A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes deve alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022. O crescimento estará calcado, principalmente, na conexão da casa com os ambientes digitais externos, como, por exemplo, a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de alimentos.

Naturalmente, a tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, tornando-se acessível e barata. Com isso, mais pessoas poderão utilizar-se dela, e novos padrões, modelos e estilos de vida devem se consolidar, principalmente nas áreas urbanas.

(Claudio Bernardes. Casas inteligentes trarão conveniência e reduzirão gasto de energia. *Folha de S.Paulo*. www.folha.uol.com.br. 22.01.18. Adaptado)

- 01.** Na opinião do autor, a evolução da tecnologia das casas inteligentes
- (A) deverá se tornar mais barata em centros urbanos, o que acarretará uma intensificação do êxodo rural.
 - (B) permitirá que a conexão de eletrodomésticos com fornecedores de energia reduza as necessidades de consumo.
 - (C) levará a um menor gasto energético em decorrência do investimento público em fontes de energia renovável.
 - (D) ensejará o desenvolvimento de novos hábitos, especialmente entre os moradores de áreas urbanas.
 - (E) fará com que as pessoas passem a dedicar mais tempo a atividades domésticas em seu dia a dia.
- 02.** O autor organiza sua argumentação de modo a apresentar,
- (A) no parágrafo 3, uma ressalva para o que se explicita no parágrafo 2 acerca das edificações inteligentes.
 - (B) nos parágrafos 2, 3 e 4, os dois principais benefícios das casas inteligentes apontados logo no parágrafo 1.
 - (C) no parágrafo 1, uma opinião para a qual expõe um argumento a favor e outro contra nos parágrafos 2 e 3, respectivamente.
 - (D) no parágrafo 2, uma informação polêmica que é contrariada logo em seguida, no parágrafo 3.
 - (E) no último parágrafo, uma informação que contesta o que foi exposto nos parágrafos anteriores.
- 03.** Considere a frase:
- A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes **deve** alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022.
- Nesse contexto, a forma verbal destacada exprime ideia de
- (A) recomendação.
 - (B) obrigatoriedade.
 - (C) probabilidade.
 - (D) comprovação.
 - (E) refutação.
- 04.** Um vocábulo empregado com sentido figurado está em destaque na seguinte passagem:
- (A) A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os **moradores...** (2º parágrafo)
 - (B) ... administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de **ar** e eletrodomésticos. (3º parágrafo)
 - (C) ... a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de **alimentos**. (5º parágrafo)
 - (D) ... outro **relevante** benefício das casas inteligentes para os consumidores... (3º parágrafo)
 - (E) ... elas deverão [...] estar **ancoradas** em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis... (2º parágrafo)

05. Considere o trecho:

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo...

Esse trecho está reescrito, conforme a norma-padrão, com a forma verbal na voz passiva correspondente em:

- (A) Foi o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia que desenvolveu um estudo.
- (B) Veio desenvolvendo um estudo o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (C) Um estudo foi que desenvolveu o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (D) Um estudo foi desenvolvido pelo departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (E) O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia tinha desenvolvido um estudo.

06. Após o deslocamento da expressão destacada, permanece pontuada de acordo com a norma-padrão a frase:

- (A) A tecnologia das casas inteligentes **naturalmente**, continuará a evoluir tornando-se acessível e barata.
- (B) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir tornando-se, **naturalmente** acessível e barata.
- (C) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, **naturalmente**, tornando-se acessível e barata.
- (D) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir tornando-se **naturalmente**, acessível e barata.
- (E) A tecnologia das casas inteligentes continuará, **naturalmente** a evoluir tornando-se acessível e barata.

Leia o texto para responder às questões de números 07 e 08.

Há pessoas que têm vergonha de viver: são os tímidos, entre os quais me incluo. Desculpem, por exemplo, estar tomando lugar no espaço. Desculpem eu ser eu. Quero ficar só! grita a alma do tímido que só se liberta na solidão. Contraditoriamente quer o quente aconchego das pessoas.

E para pedir aumento de salário – a tortura. Como começar? Apresentar-se com fingida segurança de quem sabe quanto vale em dinheiro – ou apresentar-se como se é, desajeitado e excessivamente humilde.

O que faz então? Mas é que há a grande ousadia dos tímidos. E de repente cheio de audácia pelo aumento com um tom reivindicativo que parece contundente. Mas logo depois, espantado, sente-se mal, julga imerecido o aumento, fica todo infeliz.

(Clarice Lispector. Vergonha de viver. *Aprendendo a viver*. Rio de Janeiro, Rocco Digital, 2013. Adaptado)

07. A contradição que a autora identifica no comportamento dos tímidos diz respeito ao fato de

- (A) desejarem permanecer igualmente isolados e acompanhados.
- (B) se portarem de modo desajeitado na hora de pedir aumento.
- (C) se sentirem oprimidos mesmo quando estão sozinhos.
- (D) camuflarem uma segurança ao pedirem aumento de salário.
- (E) ficarem envergonhados diante do próprio fato de existirem.

08. São empregadas como sinônimas, no texto, as palavras:

- (A) vergonha; solidão (1º parágrafo).
- (B) alma; aconchego (1º parágrafo).
- (C) reivindicativo; contundente (3º parágrafo).
- (D) espantado; imerecido (3º parágrafo).
- (E) ousadia; audácia (3º parágrafo).

09. A concordância está em conformidade com a norma-padrão na frase:

- (A) Muitos tímidos são capaz de tornar-se extremamente ousado em determinadas situações.
- (B) Embora aos tímidos não sejam agradáveis pedir aumento, às vezes isso é necessário.
- (C) São comuns que os tímidos se culpem depois de terem se exposto em certa ocasião.
- (D) Os tímidos consideram torturante ter de pedir aumento, mas o fazem por necessidade.
- (E) Devem haver ousadia e timidez em todos, o que muda é a forma como são vivenciadas.

10. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente, conforme a norma-padrão.

- (A) Muita gente relaciona timidez à uma certa atitude arrogante.
- (B) Atribui-se à timidez uma certa dificuldade em fazer amizades.
- (C) Vincula-se erroneamente aos tímidos à falta de coragem.
- (D) Para os tímidos, pedir aumento assemelha-se à alguma tortura.
- (E) Normalmente, não se associa ousadia à pessoas tímidas.

11. No gráfico a seguir, constam informações sobre o número de irmãos de 25 pessoas pesquisadas. Sabe-se que as 25 pessoas não têm entre si relacionamento familiar e que os irmãos de cada entrevistado são filhos do mesmo pai e mãe.



Com base nas informações contidas no gráfico, é correto afirmar que o número de irmãos, na população pesquisada, é, necessariamente,

- (A) igual a 41.
 (B) menor ou igual a 40.
 (C) maior ou igual a 46.
 (D) maior que 41 e menor que 45.
 (E) igual a 45.
12. Em um grupo composto por 300 pessoas, o número das que são servidores públicos corresponde a quatro unidades a mais que a nona parte dos que são funcionários da iniciativa privada, e o número de pessoas que são autônomas corresponde a quatro vezes o número de servidores públicos. Se nesse grupo de pessoas há apenas os subgrupos mencionados, então a diferença entre o número de pessoas autônomas e o de servidores públicos é igual a
- (A) 72.
 (B) 66.
 (C) 57.
 (D) 45.
 (E) 39.
13. Certa quantidade x de litros de um produto, quando dividido em recipientes do tipo A, enche y recipientes, sobrando 6,4 litros. Quando essa quantidade é dividida em recipientes do tipo B, com capacidade de 12 litros cada um, enche um número de recipientes que é uma unidade a menos que y , e ainda sobram 10 litros. Em recipientes do tipo C, cada um com 11 litros, a mesma quantidade x enche um número de recipientes que é uma unidade a mais que y , sobrando 8 litros. Dessa forma, é correto afirmar que a capacidade de cada vasilhame do tipo A, em litros, é igual a
- (A) 11,7.
 (B) 11,5.
 (C) 11,9.
 (D) 11,8.
 (E) 11,6.

14. Sobre um grupo de candidatos para os cargos A, B e C, sabe-se que 30 se inscreveram para as provas de todos os três cargos, 40 se inscreveram somente para as provas dos cargos A e B, 55 se inscreveram somente para as provas dos cargos A e C, e 50 se inscreveram somente para as provas dos cargos B e C. Se 135 candidatos desse grupo se inscreveram para a prova do cargo A, 125 se inscreveram para a prova do cargo B, e 150 candidatos se inscreveram para a prova do cargo C, então é verdade que, das alternativas propostas, a que mais se aproxima da relação entre o número de candidatos que se inscreveram para uma única prova e o número total de candidatos desse grupo é
- (A) 13%.
 (B) 15%.
 (C) 19%.
 (D) 11%.
 (E) 17%.

15. Considere a sequência de figuras em que as primeiras são:

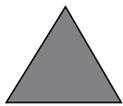


Figura 1
(triângulo)

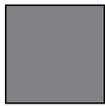


Figura 2
(quadrado)

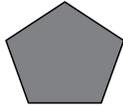


Figura 3
(pentágono)

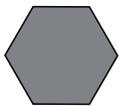


Figura 4
(hexágono)

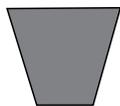


Figura 5
(trapézio)

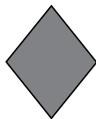


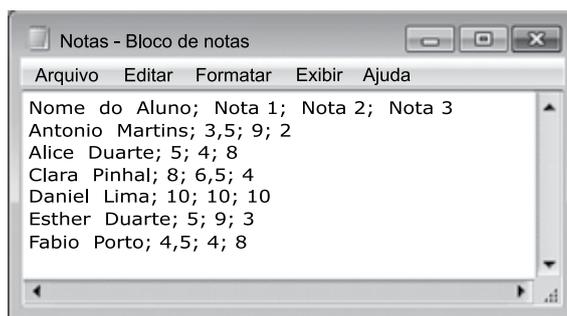
Figura 6
(losango)

Sabendo-se que a figura 7 é igual à figura 1, a figura 8 é igual à figura 2, a figura 9 é igual à figura 3, e assim por diante, é correto afirmar que a figura 148 é um

- (A) triângulo.
 (B) pentágono.
 (C) losango.
 (D) hexágono.
 (E) quadrado.
16. Considere *verdadeira* a afirmação “Se Márcia é Analista de Suporte, então Roberto é especialista em regulação” e *falsa* a afirmação “Márcia é Analista de Suporte e Roberto é especialista em regulação”.
- Nessas condições, é necessariamente verdade que
- (A) Márcia é Analista de Suporte.
 (B) Roberto é especialista em regulação.
 (C) Roberto não é especialista em regulação.
 (D) Márcia é Analista de Suporte ou Roberto não é especialista em regulação.
 (E) Márcia não é Analista de Suporte.

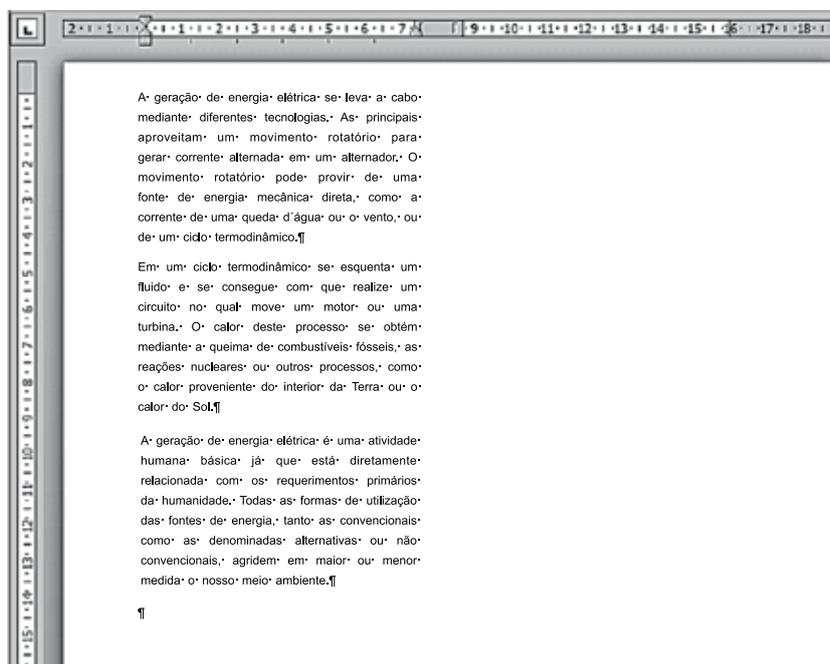
NOÇÕES DE INFORMÁTICA

17. Observe o arquivo a seguir, chamado Notas.csv, que está sendo importado pelo usuário para uma planilha no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, utilizando o item “De Texto”, do grupo “Obter Dados Externos”, da guia “Dados”.



Ao iniciar a importação do arquivo na primeira linha, utilizar o delimitador “ponto e vírgula” para separar os campos, definir o formato dos dados da coluna como Geral e inserir os dados em uma nova planilha, a partir da célula A1, o conteúdo da célula C4 será

- (A) 9
 - (B) 5
 - (C) 6,5
 - (D) 10
 - (E) 3,5
18. Observe a imagem a seguir, extraída do MS-Word 2010, em sua configuração original. Ela apresenta três parágrafos de um documento que está dividido em duas colunas.



Considere que os controles de quebras de página e coluna podem ser acessados no item “Quebras”, do grupo “Configurar Página”, da guia “Layout da Página”.

Ao se inserir uma quebra de coluna entre o primeiro e o segundo parágrafos,

- (A) o segundo e o terceiro parágrafos serão descolados para a segunda coluna.
- (B) apenas o segundo parágrafo será descolado para uma nova página.
- (C) os três parágrafos serão descolados para uma nova página.
- (D) o segundo e o terceiro parágrafos serão descolados para uma nova página.
- (E) apenas o segundo parágrafo será descolado para a segunda coluna.

19. Observe o Painel de Animação a seguir, extraído do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão. O slide em edição contém apenas uma forma, o Retângulo 3.



Assinale a alternativa que contém a duração da animação (em segundos) aplicada ao Retângulo 3 no segundo clique, após o usuário iniciar o modo de apresentação de slides.

- (A) 0
(B) 2
(C) 8
(D) 6
(E) 4
20. No MS-Windows-7, em sua configuração padrão, para exibir a área de trabalho, o usuário pode utilizar o atalho de teclado
- (A) Ctrl+D
(B) Ctrl+Z
(C) Tecla do logotipo do Windows + Z
(D) Ctrl+A
(E) Tecla do logotipo do Windows + D
21. Observe a tela de edição de novas mensagens do GMAIL, acessada no navegador Google Chrome, versão 64.0.3282.



O valor “95K” exibido na imagem identifica

- (A) o tamanho do arquivo anexado.
(B) um código de acesso para abrir o arquivo.
(C) a quantidade de vezes que a mensagem foi “curtida”.
(D) a quantidade de arquivos anexados.
(E) a quantidade de vezes que a mensagem foi lida.

- 22.** Nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998, a respeito do direito de petição, assinale a alternativa correta.
- (A) O legitimado a exercê-lo deverá comprovar sua capacidade postulatória para defender seu interesse próprio ou de terceiros.
 - (B) As entidades associativas poderão exercê-lo, em defesa dos direitos dos seus membros, independentemente de autorização de seus estatutos.
 - (C) Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.
 - (D) É instrumento legal contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de direitos, garantido, exclusivamente, a todo aquele que comprovar sua condição de cidadão brasileiro.
 - (E) É assegurado a qualquer pessoa física, sem o pagamento de taxas, e à jurídica, mediante pagamento das custas a serem definidas pelo respectivo órgão público.
- 23.** Determinado órgão público decide vender seus bens móveis considerados inservíveis. Nessa hipótese, a Lei nº 8.666/1993 dispõe que essa venda deverá ser realizada por meio de
- (A) concurso.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) concorrência.
 - (E) leilão.
- 24.** A empresa "X" foi contratada pelo poder público, nos termos da Lei nº 8.987/1995, por meio de concessão para prestação de serviço público, e pretende fazer uma subconcessão do serviço contratado. Essa pretensão da empresa concessionária "X"
- (A) é permitida por lei, mas a outorga de subconcessão deve ser precedida de tomada de preços, com a prévia e expressa anuência do poder público.
 - (B) é admitida pela Lei, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
 - (C) é possível de forma parcial, mas o contrato celebrado entre a concessionária e o terceiro estabelecerá uma nova relação jurídica entre este e o poder concedente.
 - (D) é permitida pela Lei, mas o subconcessionário se sub-rogará em todos os direitos e obrigações da subconcedente, não se limitando ao contrato da subconcessão.
 - (E) não é admitida pela Lei e, portanto, não pode ser autorizada pelo poder concedente, resultando em nulidade de eventual contrato de subconcessão.
- 25.** Segundo disposto na Lei Estadual nº 7.835/1992, na hipótese de uma concessionária de serviço público paralisar a prestação do serviço sem justa causa, a referida Lei dispõe que poderá, após procedimento sumário que assegure o direito de defesa à concessionária, ser declarada(o)
- (A) a caducidade.
 - (B) a anulação.
 - (C) o resgate.
 - (D) a encampação.
 - (E) a expropriação.
- 26.** A respeito dos consórcios públicos, a Lei nº 11.107/2005 estabelece que
- (A) os consórcios podem ser contratados pelos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
 - (B) os consórcios não poderão receber auxílios e subvenções de outros órgãos do governo.
 - (C) é vedada à União participar de consórcios públicos.
 - (D) é vedada a constituição de consórcios públicos na área da saúde.
 - (E) os consórcios constituídos sob a forma de associação pública não podem promover desapropriações.
- 27.** No tocante à responsabilidade, o Decreto Federal nº 6.017/2007, que disciplina os consórcios públicos, dispõe que
- (A) em nenhuma hipótese, os dirigentes do consórcio público responderão pelas obrigações por ele contraídas.
 - (B) os consórcios não podem ser responsabilizados pelas obrigações assumidas, mas somente os entes federados consorciados.
 - (C) os entes da Federação consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.
 - (D) os entes federados consorciados não poderão responder pelas obrigações assumidas pelo consórcio público.
 - (E) os consórcios e os entes federados consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.

28. Supondo que a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP aplique a uma empresa privada uma sanção por descumprimento contratual, e a empresa apenas apresente um recurso administrativo, este será julgado pela

- (A) Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, que integra o Poder Executivo, no exercício de função típica.
- (B) Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que integra o Poder Legislativo, no exercício de uma função típica.
- (C) Secretaria de Energia e Mineração, que integra o Poder Executivo, no exercício de uma função típica.
- (D) Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos ou pela Secretaria de Energia e Mineração, de acordo com o caso, no exercício de uma função típica.
- (E) Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que integra o Poder Executivo, no exercício de uma função atípica.

29. A Constituição do Estado de São Paulo prevê expressamente um princípio pelo qual pode ser exigida proporcionalidade entre os meios de que se utilize a Administração e os fins que ela tem que alcançar. Considera-se, ainda, que essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto. O conceito ora enunciado refere-se ao princípio

- (A) da finalidade.
- (B) da razoabilidade.
- (C) da motivação.
- (D) da eficiência.
- (E) do interesse público.

30. Considere a seguinte situação hipotética:

Uma pessoa encaminha pedido ao Serviço de Informação ao Cidadão da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, por meio eletrônico, solicitando cópia do contrato de metas celebrado em 2015 entre esta e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A informação solicitada, o contrato de metas, está disponível ao público em geral, em formato eletrônico, na página de internet da ARSESP.

Nesse caso, o agente público competente para responder pelo Serviço de Informação ao Cidadão deverá, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11 e do Decreto Estadual nº 58.052/12,

- (A) indeferir o pedido do interessado, por falta de interesse de agir, já que o documento solicitado se encontra disponível ao público em geral.
- (B) deferir o pedido e remeter, pela via eletrônica, ao endereço de correio eletrônico do interessado, obrigatoriamente fornecido no pedido, o arquivo que contém o contrato solicitado.
- (C) informar o endereço eletrônico em que se encontra o contrato solicitado e encerrar a demanda, mesmo que o interessado declare que não possui acesso regular e contínuo à internet.
- (D) informar ao interessado, por escrito, o lugar e a forma pela qual ele poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, no caso, o endereço eletrônico em que o contrato está disponibilizado.
- (E) indeferir o pedido do interessado, pois o acesso à informação não compreende documentos referentes à utilização de recursos públicos em contratos administrativos.

31. Considere a seguinte situação hipotética:

A diretoria da ARSESP, composta por 5 diretores, no exercício de suas funções, tomou uma decisão colegiada que veio a causar prejuízos à Agência. No entanto, Perseu, um dos diretores, estava ausente da reunião na qual foi tomada a decisão e não declarou, oportunamente, seu desacordo com o decidido. E Hércules, outro diretor, embora presente, amparado no Regimento Interno, havia manifestado formalmente seu desacordo com essa decisão. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Complementar nº 1.025/2007, no tocante à responsabilidade da Diretoria, é correto afirmar que

- (A) Perseu e Hércules não poderão ser responsabilizados, sendo responsáveis solidários apenas os três outros diretores.
- (B) apenas Perseu não será responsabilizado pela decisão, porque estava ausente da reunião, mesmo que não tenha se manifestado.
- (C) apenas Hércules não será responsabilizado pela decisão, em razão da discordância formal por ele manifestada.
- (D) todos os diretores deverão responder solidariamente pela decisão que causou prejuízo à Agência.
- (E) nenhum diretor responderá pela decisão, uma vez que esta foi tomada pelo órgão colegiado, devendo apenas a ARSESP ser responsabilizada.

32. Nos termos da Lei Complementar nº 1.025/2007, é correto afirmar que a representação judicial da ARSESP, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, será exercida

- (A) pela Assessoria Jurídica.
- (B) pela Diretoria Jurídica.
- (C) pelo seu Vice-Diretor Jurídico.
- (D) pela Procuradoria Geral do Estado.
- (E) pela sua Assessoria Técnica.

33. No que diz respeito à cessão de empregados da ARSESP a outros órgãos ou entidades da Administração Pública, o Decreto Estadual nº 52.455/2007 estabelece que é

- (A) permitida sem prejuízo da remuneração, e vedada, em qualquer caso, com prejuízo da remuneração.
- (B) permitida com ou sem prejuízo da remuneração, desde que solicitada pelo Secretário da Casa Civil.
- (C) vedada sem prejuízo da remuneração, exceto se a Diretoria declarar ser de interesse da autarquia.
- (D) expressamente vedada, em qualquer caso, com ou sem remuneração.
- (E) vedada, exceto com prejuízo da remuneração, desde que autorizada pelo Governador.

34. Nos termos do Decreto Estadual nº 52.455/2007, com relação às decisões da Diretoria da ARSESP sobre a aplicação de multas ou outras penalidades aos prestadores de serviços regulados, é correto afirmar que

- (A) caberá recurso ao respectivo Conselho de Orientação.
- (B) caberá recurso ao Secretário Estadual de Saneamento e Energia.
- (C) o interessado poderá solicitar revisão à própria Diretoria.
- (D) não caberá recurso.
- (E) caberá pedido de parcelamento, com exclusão de multa e juros, no prazo de 15 dias da decisão definitiva.

AGÊNCIAS REGULADORAS

35. O Órgão Regulador deve possuir uma base de informações técnicas e mercadológicas de boa qualidade, para poder exercer uma regulação eficiente e garantir a prestação do serviço público adequado, com tarifas módicas em um cenário empresarial competitivo. No entanto, se houver uma assimetria de informações, a ação da agência reguladora, sem uma base de dados e informações referentes ao negócio, essencial para balizar o nível da intervenção regulatória, pode ser menos efetiva na defesa do usuário ou até mesmo gerar risco significativo de inviabilizar a prestação do serviço. Essa teoria, que explora os problemas causados pela assimetria de informações, é denominada teoria

- (A) do agente principal.
- (B) das imperfeições do mercado.
- (C) da regulação.
- (D) de equilíbrio dos mercados.
- (E) da captura.

36. O Órgão Regulador pode estabelecer metas a serem atingidas pelas empresas que atuem nos setores regulados, buscando determinar as eficiências, tanto alocativa quanto produtiva, no setor. Essa técnica de regulação é denominada
- (A) controle qualitativo.
- (B) *rate of return regulation*.
- (C) controle de quantidade e de qualidade.
- (D) subsídio cruzado.
- (E) controle de entrada e saída.
37. Suponha que ocorra uma explosão de tubulação de gás canalizado a qual passe sob uma determinada rua e que este fato cause a morte de um pedestre, que transitava pelo local e não possui fornecimento de gás encanado em seu domicílio, situado em local muito distante daquele em que ocorreu o acidente. Diante do previsto no Código de Defesa do Consumidor, a concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado responsável pela tubulação em questão
- (A) deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, mediante a demonstração de dolo ou culpa, mas com direito de regresso em face do Poder Concedente, porque a vítima não se equipara a consumidor.
- (B) não deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, pois os serviços públicos, sejam eles prestados diretamente pelo Estado, ou por terceiros, mediante concessão, não se submetem à disciplina do Código de Defesa do Consumidor.
- (C) deve responder, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados à vítima, pois a vítima do evento é equiparada ao consumidor para essa finalidade.
- (D) deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, mediante a demonstração de dolo ou culpa, já que a vítima do evento não pode ser equiparada ao consumidor para essa finalidade.
- (E) não deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, pois os serviços públicos somente são submetidos à disciplina do Código de Defesa do Consumidor se prestados diretamente pelo Estado.
38. Sobre o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, um dos órgãos que compõem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, assinale a alternativa correta.
- (A) O Tribunal Administrativo, órgão julgante, tem como membros 1 (um) Presidente e 4 (quatro) Conselheiros escolhidos entre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico.
- (B) Os cargos de Presidente e de Conselheiro são de dedicação exclusiva, não se admitindo qualquer acumulação, salvo as constitucionalmente permitidas.
- (C) É vedado ao Presidente e aos Conselheiros, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data em que deixar o cargo, representar qualquer pessoa, física ou jurídica, ou interesse perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, ressalvada a defesa de direito próprio.
- (D) É permitido, ao Presidente e ao Conselheiro, emitir parecer sobre matéria de sua especialização, ainda que em tese, ou funcionar como Consultor de qualquer tipo de empresa.
- (E) No caso de renúncia, morte, ou perda de mandato do Conselheiro, o cargo permanecerá vago até o final do período correspondente ao fim do mandato.
39. Assinale a alternativa correta sobre o Programa de Leniência regulamentado na Lei que disciplina o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
- (A) Para poderem celebrar o acordo de leniência, as pessoas físicas ou jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica devem colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, e, dessa colaboração, basta resultar a identificação dos demais envolvidos na infração.
- (B) Da colaboração das pessoas física ou jurídica, deve, efetivamente, resultar a identificação dos demais envolvidos na infração ou a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.
- (C) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, o beneficiário ficará impedido de celebrar novo acordo de leniência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de seu julgamento.
- (D) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por intermédio da Superintendência-Geral, poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas físicas ou jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica.
- (E) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por intermédio do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, poderá celebrar acordo de leniência com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável.

40. Acerca dos atos de concentração, é correto afirmar que

- (A) o controle dos atos de concentração será prévio e realizado em, no máximo, 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar do protocolo de petição ou de sua emenda.
- (B) o Conselho Administrativo de Defesa Econômica regulamentará, por meio de Decreto, a análise prévia de atos de concentração realizados com o propósito específico de participação em leilões, licitações e operações de aquisição de ações por meio de oferta pública.
- (C) os atos que se subsumirem ao caput do artigo 88 da Lei nº 12.529/2011 não podem ser consumados antes de apreciados, nos termos deste artigo e do procedimento previsto no Capítulo II do Título VI desta Lei, sob pena de nulidade, sendo ainda imposta multa pecuniária e aberto processo administrativo, se for o caso.
- (D) serão permitidos os atos de concentração que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços.
- (E) as mudanças de controle acionário de companhias abertas e os registros de fusão, sem prejuízo da obrigação das partes envolvidas, devem ser comunicados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, respectivamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis para, se for o caso, serem examinados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MICROECONOMIA E FINANÇAS

41. Em uma curva de demanda de um bem X, cuja elasticidade é constante e maior que um, tudo o mais permanecendo constante,
- (A) qualquer que seja o preço prevalecente no mercado, a receita total dos produtores permanece constante.
 - (B) uma redução do preço do bem X no mercado terá como consequência um aumento menos que proporcional de sua quantidade procurada.
 - (C) um aumento do preço do bem X no mercado provocará um aumento mais que proporcional da sua quantidade procurada.
 - (D) um aumento do preço do bem X no mercado provocará um aumento na receita total dos produtores.
 - (E) uma diminuição do preço do bem X no mercado terá como consequência um aumento do gasto total dos consumidores com sua aquisição.
42. Em relação à teoria do consumidor, supondo-se apenas dois bens de consumo X e Y, é correto afirmar que
- (A) as preferências do consumidor são consideradas monotônicas quando ele sempre prefere uma maior quantidade de cada bem, independentemente de quanto deste já esteja consumindo.
 - (B) o equilíbrio do consumidor ocorre na cesta de bens em que a taxa marginal de substituição entre os bens X e Y é maior que a razão dos respectivos preços.
 - (C) a inclinação da curva de indiferença é função dos preços relativos dos bens X e Y.
 - (D) as curvas de indiferença normalmente são côncavas em relação à origem porque a taxa marginal de substituição dos bens X e Y é cada vez maior à medida que o consumo de um dos bens aumenta.
 - (E) uma curva de indiferença situada à esquerda de outra implica que o nível de satisfação do consumidor é maior na primeira do que na segunda.
43. No curto prazo, considerado como o período de tempo em que pelo menos um dos fatores de produção é fixo,
- (A) a diferença entre o custo variável médio e o custo total médio tende a diminuir sempre que a firma reduz a produção.
 - (B) a curva de custo marginal intercepta a curva de custo variável médio no ponto de mínimo desta.
 - (C) os custos variáveis médios são estritamente crescentes à medida que a produção da firma aumenta.
 - (D) os custos marginais são constantes em relação à quantidade produzida pela firma.
 - (E) os custos fixos médios são constantes em relação à quantidade produzida pela firma.

44. Em relação às estruturas de mercado, é correto afirmar que
- (A) no oligopólio, há um grande número de pequenas empresas oferecendo produtos heterogêneos.
 - (B) na concorrência monopolista, há um pequeno número de grandes empresas que oferecem produtos homogêneos.
 - (C) na concorrência perfeita, o equilíbrio da firma se dá quando o preço de mercado é igual ao custo marginal da enésima unidade, e o custo médio está decrescendo.
 - (D) a maximização de lucros de uma empresa monopolista é alcançada em um ponto da curva de demanda em que o preço é maior que o custo marginal.
 - (E) não existem monopólios naturais puros, apenas aqueles que são permitidos pela legislação do país em que estão sediados.
45. O poder de monopólio de uma empresa
- (A) é maior quanto menor for a elasticidade da demanda de seu produto.
 - (B) é uma função decrescente da diferença entre o preço que pratica no mercado e seu custo marginal.
 - (C) é tanto maior quanto maior o número de substitutos próximos de seus produtos.
 - (D) é sempre crescente, já que o monopolista pode cobrar preços cada vez mais altos para maximizar seus lucros.
 - (E) independe de seu grau de integração vertical.
46. O estabelecimento de um valor mínimo de franquia nos contratos de seguros de automóveis é um instrumento utilizado pelas companhias seguradoras para eliminar a falha de mercado denominada
- (A) subsídio cruzado.
 - (B) princípio da não exclusão.
 - (C) externalidades de mercado.
 - (D) seleção adversa.
 - (E) risco moral.
47. Em uma empresa, o capital de terceiros representa 40% do total do capital à disposição da sociedade. O custo médio dos empréstimos de terceiros foi mensurado em 18% ao ano. O custo do capital próprio da empresa, mensurado pelo modelo CAPM, é de 12% ao ano. O custo médio ponderado do capital para a empresa é, em %,
- (A) 14,8
 - (B) 14,4
 - (C) 16,0
 - (D) 15,5
 - (E) 13,8
48. Uma companhia monopolista estima seu custo total médio em R\$ 4.500,00 por unidade de serviço fornecida e planeja fornecer 60.000 unidades de serviço ao ano, valores esses que foram confirmados pela agência reguladora. Desconsiderando-se a depreciação e os tributos sobre o lucro, se o total do capital aplicado pela companhia for R\$ 100 milhões e se a taxa anual de retorno sobre o capital aplicado julgada adequada pela agência é de 15% ao ano, a tarifa por unidade de serviço vendida a ser permitida pela agência reguladora, com base no custo do serviço, deverá corresponder, em R\$, a:
- (A) 4.625,00
 - (B) 5.500,00
 - (C) 5.250,00
 - (D) 4.750,00
 - (E) 4.500,00
49. É correto afirmar que, em relação à teoria de regulação de mercados,
- (A) o *revenue cap* é um método de regulação que fixa um teto para o volume de vendas das empresas reguladas.
 - (B) na regulação por padrão de comparação (*yardstick regulation*), a agência reguladora tem acesso aos balanços anuais e fixa os preços para o ano seguinte, com base no desempenho das empresas mais eficientes, acrescidos de uma margem de tolerância.
 - (C) *essential facilities* são incentivos fiscais dados pelas agências reguladoras para monopólios naturais que produzem bens e serviços essenciais.
 - (D) uma das principais facilidades encontradas pelas agências reguladoras para fixar tarifas decorre da inexistência de assimetria da informação entre elas e as empresas reguladas.
 - (E) o sistema de regulação da qualidade do bem ou serviço oferecido pelo setor regulado raramente é utilizado em conjugação com o sistema do *price cap*, uma vez que este último já tem mecanismos que estimulam as empresas a melhorarem a qualidade.
50. Na regra de tarifação com base no custo marginal, no caso em que a indústria regulada produz bens e serviços múltiplos, para que a alocação de recursos satisfaça a condição de *second best*, a fixação de preços deve ser feita obedecendo-se à regra de
- (A) Fisher-Pareto.
 - (B) Marshall-Edgeworth.
 - (C) Ramsey-Boiteux.
 - (D) Khan-Laffont.
 - (E) Khan-Johnson.

51. No modelo de regulamentação de preços conhecido como “*price cap*”,
- (A) são exigidas mais informações sobre a estrutura de mercado das empresas reguladas do que na utilização da técnica do custo do serviço.
 - (B) não enseja potenciais conflitos entre o órgão regulador e as indústrias reguladas, já que estas últimas reconhecem o poder de regulamentação do primeiro e a ele se submetem.
 - (C) o órgão regulador não se preocupa com os ganhos de produtividade das indústrias reguladas, porque essa técnica visa incentivar a absorção deles pela própria indústria.
 - (D) um dos principais objetivos do órgão regulador neste tipo de técnica é incentivar a redução dos custos das indústrias reguladas.
 - (E) não é levada em conta a taxa da inflação da economia, já que a tarifa é aplicada apenas à indústria regulada.
52. Na teoria da regulação de mercados, o denominado efeito Averch-Johnson consiste em
- (A) utilizar como critério de fixação da tarifa um teto de receitas, com o objetivo que as indústrias de utilidade pública ser tornem mais eficientes, reduzindo seus custos, com a finalidade de maximizar seus lucros.
 - (B) alocação de técnicas intensivas em capital, pelas indústrias de utilidade pública, reguladas com a finalidade de aumentarem suas receitas e lucros quando é adotado o critério da taxa de retorno sobre o capital investido para fixação das tarifas.
 - (C) distorções tarifárias derivadas das pressões políticas que as indústrias de utilidade pública exercem sobre os órgãos reguladores, com o objetivo de aumentar a sua margem de lucro sem melhorar a qualidade do serviço oferecido.
 - (D) desconsideração dos investimentos que seriam necessários para a expansão da indústria na base de capital que servirá para a aplicação da taxa de retorno a ser fixada pela agência regulatória a fim de determinação da tarifa do serviço público.
 - (E) diminuição da assimetria de informações entre as indústrias reguladas e os órgãos reguladores por meio de auditorias específicas permanentes, que forneçam a estes últimos melhores informações para a fixação das tarifas.
53. A teoria da qual decorre a necessidade de que a composição dos quadros dos órgãos reguladores seja efetuada com pessoal autônomo e qualificado, bem como seja renovada periodicamente, é denominada
- (A) da captura.
 - (B) do *second best*.
 - (C) da transferência dos ganhos de produtividade das indústrias reguladas para os consumidores.
 - (D) da seleção adversa.
 - (E) do *revenue cap*.

REGULAÇÃO ECONÔMICA SETORIAL

54. Das etapas da cadeia de produção e distribuição do gás natural, constitui objeto de regulação pelos estados da federação:
- (A) o transporte interestadual de gás natural por gasoduto.
 - (B) o transporte interestadual de gás natural por caminhões.
 - (C) a importação de gás natural.
 - (D) a distribuição de gás natural para o consumidor residencial.
 - (E) a extração de gás natural.
55. O termo *unbundling*, aplicado às atividades da cadeia produtiva do gás natural, no Brasil, significa a
- (A) separação das atividades de produção, transporte e distribuição de gás natural.
 - (B) consolidação das atividades de produção, transporte e distribuição de gás natural no âmbito da Petrobras.
 - (C) obrigatoriedade de a Petrobras distribuir gás natural, mas manter separação de contas para as atividades de produção, transporte e distribuição de gás.
 - (D) separação das atividades de transporte de gás natural, a serem realizadas por empresas estaduais.
 - (E) declaração de essencialidade de todas as atividades da cadeia produtiva do gás natural.
56. O “Fator X” utilizado na atualização da margem máxima para o serviço de distribuição de gás natural é um fator
- (A) que permite que os ganhos de produtividade se traduzam em maiores tarifas.
 - (B) que atualiza o preço internacional do gás natural.
 - (C) de atualização do preço de transporte do gás natural no *city gate*.
 - (D) que permite que os ganhos de produtividade da ARSESP levem a menores tarifas.
 - (E) que permite que parte dos ganhos de produtividade da operadora se traduza em menores tarifas.
57. No setor de distribuição de água no Estado de São Paulo, assume-se que ocorram os ganhos de produtividade
- (A) na compra de água pela ARSESP.
 - (B) nos custos e despesas operacionais.
 - (C) nos investimentos em capital fixo.
 - (D) nos gastos de capital.
 - (E) na distribuição de gás natural.

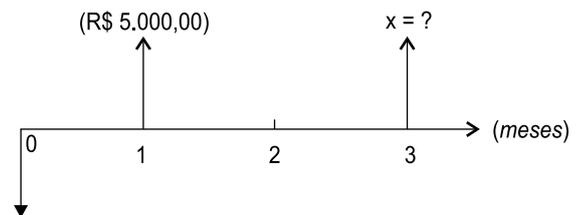
58. Assinale a alternativa que representa a modalidade indireta de prestação de serviços de água e esgoto.

- (A) O fornecimento dos serviços por meio de uma autarquia do poder público.
- (B) O município e a Unidade da Federação em que se encontram estabelecem um convênio de cooperação entre si e um contrato de programa com uma Companhia Estadual de Saneamento Básico.
- (C) Estado e Município estabelecem um consórcio público, um contrato de programa e um convênio de cooperação entre o consórcio e a Companhia Estadual de Saneamento Básico.
- (D) O titular dos serviços concede a prestação de serviços a uma outra empresa.
- (E) O fornecimento dos serviços por meio de uma Parceria Público-Privada entre a União e a operadora.

59. O papel do Termo de Ajuste K no processo de reajuste tarifário do setor de gás canalizado é

- (A) permitir que os ganhos de produtividade se traduzam em maiores tarifas.
- (B) atualizar o preço de transporte do gás natural no *city gate*.
- (C) permitir que, quando a concessionária tiver obtido uma Margem Observada superior à Margem Máxima do contrato, essa diferença seja compensada no ano subsequente.
- (D) atualizar o preço internacional do gás natural.
- (E) permitir que os ganhos de produtividade da Petrobras levem a menores tarifas.

60. O esquema abaixo descreve o fluxo de caixa de um empréstimo E de R\$ 10.000,00 concedido por uma instituição na data zero e das duas parcelas relativas a seu recebimento. A primeira parcela, no valor de R\$ 5.000,00, foi recebida na data 1, e a segunda, de valor x, que liquidou a dívida, foi recebida na data 3. Na data 2 não houve recebimento. Cada um dos períodos de tempo decorridos entre as datas 0, 1, 2 e 3 é de exatamente um mês. Se a taxa mensal de juros compostos contratada foi de 1%, então o valor x da segunda parcela que liquidou a dívida na data 3 foi de:



E = R\$ 10.000,00

- (A) $x = R\$ 5.303,01$
- (B) $x = R\$ 5.300,00$
- (C) $x = R\$ 5.210,45$
- (D) $x = R\$ 5.000,00$
- (E) $x = R\$ 5.202,51$

61. O capital C foi aplicado pelo prazo de 2 anos à taxa de juros simples de 7% ao ano e gerou, nesse período, o montante líquido M_1 . Aplicando-se o mesmo capital pelo mesmo prazo, mas à taxa de 7% de juros anuais compostos, gera-se o montante M_2 . Nesse caso, o valor mais próximo da diferença entre os montantes M_2 e M_1 , ao final dos 2 anos, será de:

- (A) $0,005 C$
- (B) $2,5 C$
- (C) $2 C$
- (D) $1,05 C$
- (E) $0,01 C$

62. Aplicando-se um capital C por 2 anos consecutivos em um fundo de investimentos que paga taxas líquidas de juros compostos anuais de 8% e 7%, respectivamente, então o valor mais próximo da taxa líquida de rendimento acumulada ao final do segundo ano será

- (A) 15,0%
- (B) 12,7%
- (C) 11,5%
- (D) 15,5%
- (E) 16,2%

63. O financiamento bancário de parte do valor de um imóvel para pessoa física foi aprovado nas seguintes condições:

- Amortizações e Prestações mensais calculadas pelo SAC (Sistema de Amortizações Constantes);
- Valor financiado: R\$ 60.000,00;
- Prazo de financiamento de 120 meses;
- Taxa mensal de juros: 1%;
- Seguros de R\$ 30,00 mensais;
- Custo de Administração de R\$ 25,00 mensais.

(Os custos de seguros e de administração são incluídos em cada prestação.)

Dessa forma, os valores da primeira e da décima prestação são, respectivamente:

- (A) R\$ 1.010,00 e R\$ 997,00
- (B) R\$ 1.155,00 e R\$ 1.022,50
- (C) R\$ 1.155,00 e R\$ 1.110,00
- (D) R\$ 1.031,00 e R\$ 1.110,00
- (E) R\$ 1.010,00 e R\$ 1.022,50

64. Um título de valor nominal N é descontado num banco exatamente 5 meses antes do vencimento. Para calcular o valor total de descontos aplicam-se sobre N, no ato do contrato: (i) taxa de desconto simples de 3,3% ao mês, (ii) Imposto de Operações Financeiras (IOF) de 0,25% ao mês (taxa simples) e (iii) taxa de serviço bancário de 2,25%. Considerando todos os descontos, o valor da taxa de custo efetivo mensal da operação é um dos seguintes:

- (A) 6%
- (B) 4%
- (C) 3,8%
- (D) 5,8%
- (E) 5%

65. O valor de venda de um bem para pagamento à vista é V. Para vendê-lo a prazo o vendedor concorda com uma proposta de pagamento de: "entrada de 20% do valor V no ato, e o restante financiado em dois pagamentos mensais iguais de R\$ 1.040,40, o primeiro com vencimento para um mês após o pagamento do valor da entrada". A taxa de juros compostos do financiamento é de 2% ao mês. Considerando esses dados, o valor V do bem para pagamento à vista é:

- (A) R\$ 2.020,00
- (B) R\$ 2.525,00
- (C) R\$ 2.225,00
- (D) R\$ 2.080,00
- (E) R\$ 2.000,00

66. Na série 16, 18, 22, 24, 33, 37 há uma quantidade x de valores localizados abaixo da média aritmética e uma quantidade y de valores localizados acima da mediana. Essas quantidades estão descritas em apenas um dos pares (x, y) abaixo. Assinale a alternativa correta.

- (A) (4, 3)
- (B) (3, 4)
- (C) (3, 3)
- (D) (5, 2)
- (E) (4, 2)

67. Numa série composta por n dados, todos de mesmo valor x ($x \neq 0$), o valor do desvio padrão s é:

- (A) $s = \frac{n}{x}$
- (B) $s = 0$
- (C) $s = \frac{nx}{2}$
- (D) $s = x$
- (E) $s = 1$

68. Uma rede de supermercados deseja fazer uma estimativa pontual da população P de um grande condomínio, pois projeta nas proximidades uma nova filial. Uma primeira informação que obtém nesse sentido é a de que no condomínio há 480 residências ocupadas. Dando prosseguimento à tarefa, colhe, no local, uma amostra aleatória de 30 residências e obtém novas informações que organiza, conforme tabela a seguir.

Número de pessoas na residência	Quantidade de residências
1	2
2	5
3	7
4	10
5	4
6	2
Total	30

Combinando todas as informações obtidas para o cálculo estimado do número P de habitantes, obtém-se:

- (A) $P = 1440$
- (B) $P = 1255$
- (C) $P = 1680$
- (D) $P = 1000$
- (E) $P = 999$

69. A gerência de uma loja faz registros de preços e quantidades dos artigos A, B e C que adquire anualmente. Com relação aos anos de 2016 e 2017, os dados constam da tabela seguinte:

Artigos	2016		2017	
	Preço por unidade	Quantidade × 1000	Preço por unidade	Quantidade × 1000
A	R\$ 10,00	4	R\$ 15,00	2
B	R\$ 15,00	2	R\$ 12,00	2
C	R\$ 5,00	1	R\$ 6,00	2

Aplicando o método dos agregados ponderados (índice de Laspeyres) para obter as variações de preço e de quantidade no período, tomando o ano de 2016 como base, verifica-se que houve

- (A) aumento de 20% nos preços e queda de 20% nas quantidades.
- (B) aumento de 20% nos preços e queda de 80% nas quantidades.
- (C) queda de 20% nos preços e aumento de 80% nas quantidades.
- (D) queda de 12% nos preços e aumento de 80% nas quantidades.
- (E) aumento de 12% nos preços e queda de 20% nas quantidades.
70. Usando dados amostrais para estudar a correlação entre preço x da gasolina (em reais) e movimento y de vendas semanais (em litros) em postos de combustíveis de certa região, um grupo de pesquisadores verificou existir correlação linear entre as duas variáveis. A reta de regressão $y = \beta x + \alpha$ estabelecida no estudo tem coeficiente angular $-4,50$ e coeficiente linear $15\,500$ (valores aproximados). Suponha que o preço R\$ 4,00 por litro pertença ao intervalo de preços verificados na pesquisa. Usando a reta de regressão para uma estimativa do movimento de vendas, e considerando uma unidade de venda (ou posto) com preço da gasolina de R\$ 4,00 por litro, então o movimento semanal de vendas (em litros) estimado nesse posto será de
- (A) 15 594,50.
- (B) 15 518.
- (C) 15 482.
- (D) 15 598,30.
- (E) 15 000.

CONTABILIDADE

71. Uma determinada empresa apresentou os seguintes elementos ou grupo de contas de um balanço patrimonial, na data de 31 de dezembro de 2017, e necessita calcular o Retorno sobre o Ativo – ROA, de acordo com o previsto no manual de contabilidade regulatória – NT_0001-2013, como segue:

Descrição	Reais
• Ativo circulante	150.500,00
• Ativo não circulante	187.500,00
• Estoques	45.000,00
• Imobilizado	150.000,00
• Capital	100.000,00
• Patrimônio líquido	153.000,00
• Receita bruta vendas	568.000,00
• Receita líquida	475.000,00
• Lucro bruto	125.000,00
• Lucro operacional	38.500,00
• Lucro líquido	18.000,00
• Capital circulante líquido	30.500,00

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta. Utilizar apenas duas casas decimais para a resposta.

- (A) 0,16
- (B) 0,13
- (C) 0,15
- (D) 0,12
- (E) 0,10

72. Os gastos e despesas incorridos com as atividades que não estão diretamente relacionadas à atividade fim da concessão, tais como gastos com prestação de serviços de consultoria de gestão comercial e operacional, deverão ser classificados, segundo o manual de contabilidade regulatório, como:

- (A) Resultados abrangentes.
- (B) Custos de serviços não regulatórios.
- (C) Despesas não operacionais.
- (D) Outras despesas regulatórias.
- (E) Despesas com atividades não regulatórias.

73. Assinale a alternativa que contém a demonstração financeira de que trata o artigo 176, da Lei nº 6.404/76, que foi substituída por força da Lei nº 11.638/07, como segue:

- (A) Demonstração do Valor Adicionado – DVA.
- (B) Demonstração da Origem e Aplicações de Recursos – DOAR.
- (C) Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.
- (D) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC.
- (E) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA.

Responda à questão de número **74**, com base nos dados obtidos mediante a leitura do balanço patrimonial e da demonstração de resultado do exercício da Águas Abençoadas São Pedro S/A, em 31 de dezembro de 2017, em comparação a 31 de dezembro de 2016, como segue:

Operação	Reais
Lucro do exercício	9.000
Resultado de equivalência patrimonial	(2.500)
Depreciação e amortização	4.200
Provisão para contingências	(2.100)
Redução (aumento) em contas a receber	4.500
Redução (aumento) nos estoques	(3.600)
Aumento (redução) em fornecedores	(4.300)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	3.900
Aquisição de ativo imobilizado	(4.500)
Aquisição do ativo intangível	(1.400)
Aquisição de investimentos	(200)
Empréstimos tomados	2.800
Integralização de capital	3.500
Pagamentos de empréstimos – principal	(4.900)

74. Assinale a alternativa que demonstra corretamente o valor, em Reais, que representa o caixa líquido obtido das atividades operacionais da empresa no fluxo de caixa indireto da empresa, em 31 de dezembro de 2017.

- (A) 8.600.
- (B) 9.100.
- (C) 4.700.
- (D) 1.400.
- (E) 6.100.

75. Segundo o manual de contabilidade regulatória, os modelos das demonstrações regulatórias consideram e observam os mesmos itens dos modelos societários. Todavia, o Balanço Regulatório difere do Societário no que se refere à contabilização dos bens da concessão, bem como os critérios de depreciação/amortização, sendo que as eventuais diferenças apuradas em consequência dessa classificação

- (A) deverão ser conciliadas nas notas explicativas regulatórias.
- (B) farão parte integrante da demonstração das mutações patrimoniais, em conta especificada de ajustes de avaliação patrimonial.
- (C) serão lançadas no resultado abrangente.
- (D) deverão constar do relatório da administração.
- (E) serão tratadas como diferenças temporárias no societário, contribuindo ainda para a contabilização do IR diferido.

76. A escrituração, cujo objetivo é a substituição da escrituração contábil em papel, é:

- (A) DIRF.
- (B) ECF.
- (C) DCTF.
- (D) ECD.
- (E) EFD.

AUDITORIA

77. Assinale a alternativa que corresponde à afirmação correta relacionada à Norma de Auditoria de "Confirmações Externas".

- (A) Se o auditor identificar fatores que dão origem a dúvidas quanto à correta apresentação de um documento de resposta, tais como os extratos bancários, o auditor pode discutir com a administração do cliente a fim de resolver essas dúvidas.
- (B) Se o auditor não receber uma resposta à solicitação de confirmação, este deverá simplesmente incluir tal afirmação na carta de representação, uma vez que será assinada pelos responsáveis pela governança da empresa auditada.
- (C) O objetivo do auditor, ao usar procedimentos de confirmação externa, é planejar e executar tais procedimentos para obter evidência de auditoria relevante e confiável.
- (D) Os programas de trabalho preparados pelo auditor devem incluir a determinação das informações a serem confirmadas ou solicitadas pelo auditor à administração da empresa auditada.
- (E) Confirmação externa é a evidência de auditoria obtida mediante leitura de documentos comprobatórios emitidos por entidades independentes da empresa, tais como extrato bancário, conta de energia elétrica, ou mesmo as notas fiscais de fornecedores.

78. No que tange à amostragem em auditoria, é correto afirmar:

- (A) População é o conjunto completo de dados sobre o qual a amostra é selecionada e sobre o qual o auditor deseja concluir.
- (B) Amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria.
- (C) Risco não resultante da amostragem é o risco de que o auditor chegue a uma conclusão certa por qualquer outra razão que não seja relacionada ao risco de materialidade.
- (D) Amostragem estatística é o único procedimento utilizado pelo auditor a fim de selecionar itens para teste.
- (E) ao se usar a amostragem em auditoria, o auditor deseja proporcionar uma base razoável para concluir quanto ao universo selecionado do qual a amostra perfaz o total do item.

79. Para fins das normas de auditoria, o termo _____ significa avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) teste substantivo
- (B) análise sintética
- (C) revisão
- (D) análise de risco
- (E) procedimento analítico

80. Sabe-se que o objetivo do auditor independente é formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base na avaliação das conclusões alcançadas pela evidência de auditoria obtida, bem como expressar claramente essa opinião por meio de relatório por escrito. De acordo com a norma contábil – NBC TA 705, modificações na opinião do auditor, os tipos de opiniões são:

- (A) negativa de opinião, inversa e extensão de opinião.
- (B) adversa, inversa e negativa de opinião.
- (C) sem ressalva, alterada e negativa.
- (D) ressalvada, não ressalvada e negatificada.
- (E) com ressalva, adversa e abstenção de opinião.